

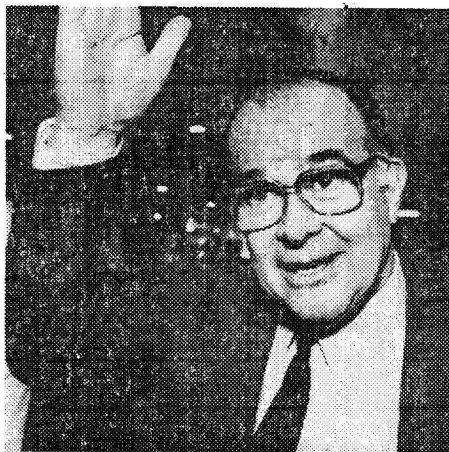
Conable pede bom senso na negociação

Washington — Ao iniciar um discurso a um grupo de banqueiros americanos, na semana passada, o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, começou citando uma das mais conhecidas definições de otimista — é aquele que, fugindo de um leão, sobe correndo nos galhos mais altos de uma árvore e, do topo, começa a apreciar e a gostar da paisagem, disse ele.

Muitos têm a impressão de que em breve a selva econômica estará cheia de banqueiros no topo de árvores, acossados por devedores latino-americanos, e de que a paisagem não será nada divertida. Mas, antes de subir apavorados tronco acima, seria melhor verificar se nossa salvação está mesmo lá nos galhos mais altos, recomendou Conable. Talvez seja melhor tentar descobrir o que está fazendo o leão rugir tanto e tirar o espinho da pata da fera", concluiu ele, referindo-se à lenda grega de Androcles.

O presidente do Banco Mundial estava fazendo um apelo ao bom senso, algo muito raro na discussão recente da crise da dívida latino-americana. Essa discussão tem sido confusa, emotiva, cheia de exigências, ameaças e acusações mútuas entre os principais personagens do longo drama. Os interlocutores na discussão parecem pouco interessados em revelar claramente suas posições. Eles parecem convencidos de que, quanto menos falarem sobre o que realmente pensam, mais livremente poderão negociar.

Talvez por causa disso, a discussão parece cada vez mais cansativa para um público que não mais consegue entender os **slogans** e as mensagens cifradas mas que, em última análise, terá que pagar o preço estabelecido em negociações a portas fechadas, por interlocutores que mal conhece. A imprensa de todo o mundo tem sofrido as consequências da hesitação dos principais personagens em contar toda a história. A consequência é que, nos dias seguintes à suspensão do pagamento dos juros da dívida a longo prazo aos bancos particulares credores do Brasil, jornais importantes como os americanos **The York Times**, **Washington Post** e **Wall Street Journal** e o inglês **Financial Times** diziam que a moratória se aplicava aos 108 bilhões de dólares da dívida brasileira. Na verdade, a



Barber Conable

suspensão de pagamentos aplica-se a cerca da metade daquele montante.

Na primeira fase da crise, os bancos privados estrangeiros suspenderam completamente empréstimos aos seus clientes latino-americanos e só abriram exceções quando forçados por suas respectivas autoridades financeiras nacionais, desde que os governos credores assinassem acordos com o FMI. Os juros que continuaram a cobrar de 1982 a 1985 eram desproporcionalmente altos em relação ao custo do dinheiro que levantavam nos mercados internacionais. Além da taxa de juros preferencial que cobravam a todos os seus clientes internos e estrangeiros, os bancos também cobravam taxa de risco, taxa de renegociação e taxa de compromisso de empréstimos aos seus clientes latino-americanos. Os lucros dos bancos multiplicaram-se. Contraditoriamente, esses lucros eram muito maiores nas operações com os países endividados do terceiro mundo do que os apresentados pelas carteiras de empréstimos nos Estados Unidos ou na Europa.

Os países devedores foram obrigados a pagar o preço que lhes era imposto, visto que não tinham alternativas. Mas para fazê-lo tiveram que mudar seus fluxos de comércio. Se em 1981 a balança comercial da América Latina apresentou um déficit de 2 bilhões de dólares, em 1984 a situação já havia se revertido — em seu conjunto, os países da

região apresentaram um superávit de 39 bilhões em seu comércio com o exterior. Na primeira metade desta década, a ordem na América Latina era exportar para pagar a dívida. Mas os preços dos principais produtos de exportação da região estavam caindo. Assim, embora o volume das exportações tivesse aumentado 30% no período 1980-85, o valor dessas exportações em dólares aumentou apenas 3,5%. Embora aumentassem muito suas exportações, o preço que conseguiam por elas era baixo. O superávit comercial teve que ser conseguido mediante compressão de suas compras do exterior. As importações latino-americanas caíram de 90 bilhões de dólares em 1981 para 56 bilhões de dólares em 1983 e continuam nesse nível até agora. As limitações que a crise da dívida impõem às importações prejudicam não só os países devedores. Quando eles não podem importar, os operários, os agricultores e as empresas de serviços das nações credoras também perdem mercados.

É essa compressão que está ajudando a forçar uma mudança de política nos países credores. O longo período de restrição às importações nos países da calota sul está gerando desemprego nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. Embora grande parte dos devedores tenha se beneficiado das reduções do preço e dos juros que incidem sobre sua dívida, isso não foi suficiente para que eles pudessem voltar a importar nos níveis anteriores à crise. A crise entrou numa fase nova nas últimas semanas, em virtude da suspensão do pagamento de juros. Estimuladas por uma atitude mais firme por parte do maior devedor latino-americano, outras nações da região vêm exigindo — e conseguindo — melhores termos para o pagamento de sua dívida. Os **spreads** — taxas de risco cobradas pelo banco acima da taxa de juros — estão sendo reduzidas pela metade. Além disso, os montantes do principal da dívida que vencem deste ano até 1992 estão sendo escalonados por mais de dez anos, na maior parte dos casos entre 12 e 15 anos.

Até agora o governo brasileiro não expôs claramente os termos que deseja nas negociações que deverá abrir com os bancos para o reescalonamento de sua dívida. O ministro

Dilson Funaro já sugeriu, contudo, que deseje termos pelo menos iguais aos conseguidos pelo México nas negociações concluídas por aquele país em setembro passado. Esses termos incluem taxa de risco inferior a 1%, prazo de 15 anos para pagar os montantes vencidos de 1985 a 1992, novos empréstimos, cláusulas de contingência que assegurassem ainda assistência adicional caso os preços dos principais produtos de exportação do país caíam ou caso, em virtude da política de austeridade requerida para o serviço da dívida, as taxas de crescimento econômico interno se arrefecessem.

A capacidade de Funaro impor termos ainda melhores é objeto de intenso debate tanto entre os bancos credores quanto os governos dos principais países industrializados. Vários elementos entram na discussão. A primeira e mais importante delas diz respeito à representatividade do atual ministro da Fazenda do Brasil, ao apoio interno com que ele conta junto ao presidente Sarney, ao Congresso brasileiro e à sociedade. Desde que Funaro conseguiu a nomeação de um aliado para o Banco Central e emergiu como o líder incontestado da equipe econômica, as dúvidas sobre seu prestígio começaram a se dissolver no exterior.

Desde que o Peru limitou unilateralmente o pagamento de suas dívidas a uma proporção de suas receitas de exportação sem sofrer quaisquer represálias comerciais, a capacidade dos bancos credores responderem dessa forma ao Brasil parece improvável. "A credibilidade da ameaça à represália é quase nula", lamentou um banqueiro.

Poucos banqueiros ou autoridades governamentais dos países credores contestam a reivindicação mais freqüentemente repetida pelo ministro brasileiro da Fazenda — a de que os fluxos de capital para o Brasil devem ser mais abundantes e em termos mais generosos. Há poucas dúvidas de que o governo Sarney conseguirá, no final do processo de negociações, linhas de crédito dos organismos governamentais de financiamento dos principais países credores bem como um programa trienal de empréstimos do banco mundial de 6 a 10 bilhões de dólares.